



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

LEGISLAÇÃO INTERNA MPMA – COMPILADA POR ASSUNTO

ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS DO MP

[ATO Nº 57/2021-GPGJ](#) - Altera o art. 15, acrescentando os §§1º, 2º e 3º, e o art. 16, caput e parágrafo único, do Ato Regulamentar nº 07/2016-GPGJ, de 02 de junho de 2016, que estabelece as normas gerais para gerenciamento de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências dos edifícios-sede do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão.

[ATO REGULAMENTAR Nº 06/2018 – GPGJ](#) – Vestimentas – acesso às dependências do MP.

[ATO REGULAMENTAR Nº 07/2016 – GPGJ](#) – Vestimentas – acesso às dependências do MP.

ACESSO À INFORMAÇÃO

[RESOLUÇÃO Nº 68/2018 – CPMP](#) – Dispõe sobre o acesso às informações necessárias à defesa técnica em processos administrativos e judiciais por ex gestores do MP.

[ATO REGULAMENTAR Nº 06/2017 – GPGJ](#) – Regulamenta o acesso à informação.

[ATO CONJUNTO Nº 02/2016 – GPGJ /CGMP](#) – Interceptação telefônica, informática ou telemática.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2010 – GPGJ/CGMP](#) – Institui Sistema de Registro de Pedidos de Interceptação Telefônica, Telemática e de Informática.

[PROVIMENTO Nº 01/2009 – GGMP](#) – Interceptação telefônica.

ADIANTAMENTO - CONCESSÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

[ATO REGULAMENTAR Nº 20/2020 – GPGJ](#)

[ATO REGULAMENTAR Nº 06/2007 – GPGJ](#) – Regulamenta a concessão de adiantamento a membros e servidores.

AJUDA DE CUSTO

[ATO REGULAMENTAR Nº 17/2020 - GPGJ](#) – Ajuda de custo.

[ATO REGULAMENTAR Nº 06/2020 - GPGJ](#) - Ajuda de custo.

AFASTAMENTO DE MEMBROS/CUSTEIO DE CURSOS

[ATO REGULAMENTAR Nº 462024 – GPGJ](#) – Dispõe sobre o programa de bolsas de estudo de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Ministério Pùblico do Maranhão.

[ATO Nº 6/2021-GPGJ](#) - Altera o art. 3º do ATO-GAB/PGJ-5952020, referente ao custeio parcial de curso de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) para membros do MPMA.

[ATO Nº 50/2020-GPGJ](#)- Altera o art. 1º do Ato nº 482020 e o art. 2º do Ato nº 5952020, referentes ao custeio parcial de curso de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) para membros do MPMA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

ATO N° 48/2020-GPGJ - Altera o art. 2º do Ato nº 5952020, que autoriza o custeio parcial de curso de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) para membros do MPMA.

RESOLUÇÃO N° 04/2019 – CSMP

RECOMENDAÇÃO N° 06/2012 –CGMP – Afastamento para cursos.

RESOLUÇÃO N° 02/2006 –CSMP – Afastamento de membros para cursos.

RESOLUÇÃO N° 07/2004 –CSMP – Afastamento de membros para cursos.

ANTIGUIDADE

RESOLUÇÃO N° 01/1994 - CSMP

RESOLUÇÃO N° 02/1989 - CSMP

RESOLUÇÃO N° 01/1989 - CSMP – Promotor substituto.

ASSESSORIA TÉCNICA

ATO REGULAMENTAR N° 45/2020 – GPGJ – Assessoria de Investigação dos ilícitos praticados por agentes políticos.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO N° 01/2019-GPGJ-CGMP – Serviços auxiliares a membros (serviço social, psicologia, pedagogia e antropologia).

ATO REGULAMENTAR N° 04/2018 – GPGJ – Assessoria Técnica.

ATO REGULAMENTAR N° 08/2017 – GPGJ – Assessoria Técnica.

ATO REGULAMENTAR N° 17/2015 – GPGJ – Cria a Assessoria Especial de Investigação dos atos ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro por prerrogativa de função e altera o ato Regulamentar 20/2008 – GPGJ.

ARMA DE FOGO

ATO REGULAMENTAR N° 22/2024 – GPGJ – Disciplina de suspensão e restrição de porte de arma de fogo de membros do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão envolvidos em situação de violência doméstica e familiar contra uma mulher.

RESOLUÇÃO N° 12/2004 - GPGJ – Regulamenta no Ministério Pùblico a aquisição, venda, registro, cadastro e transferência de propriedade de pistola calibre 40.

ATRIBUIÇÕES DE MEMBROS

PROVIMENTO CGMP N° 042024 – CGMP - Aumentando a arte. 4-A ao PROV-CGMP-2/2023

PROVIMENTO N° 22023-CGMP - Da participação presencial do Ministério Pùblico nas audiências e sessões realizadas pelo Poder Judiciário na modalidade presencial, na dicção fundamental disposta no art. 129, §2º, da Constituição Federal de 1988 c/c o disposto na Resolução CNMP n° 205/2019.

RESOLUÇÃO N° 124/2022-CPMP - Altera a 5ª Turma Cível de Procuradores de Justiça e reclassifica as Procuradorias de Justiça Cível.



CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

RESOLUÇÃO N° 122/2022-CPMP - Cria cinco Promotorias de Justiça (nas comarcas de Barreirinhas, São Mateus, Balsas, Pinheiro e Pedreiras, uma em cada), redefine as atribuições respectivas e reorganiza os demais órgãos de execução existentes nessas comarcas e atualiza o quadro do Anexo II da Resolução nº 02/2009.

RESOLUÇÃO nº 121/2022-CPMP - Transforma a 54ª Promotoria de Justiça Especializada e as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Criminais, todas da comarca de São Luís, com modificação de suas atribuições originais e redesignação dentro do grupo funcional criminal, para atuação na repressão ao crime organizado perante a Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados de São Luís

RESOLUÇÃO N° 117/2022-CPMP - Cria a 3ª Turma Criminal de Procuradores de Justiça e define as suas atribuições.

RESOLUÇÃO N° 116/2022-CPMP - Cria duas Promotorias de Justiça na comarca e termo judiciário de São Luís (6ª Promotoria de Justiça Cível – Interdição, Sucessões e Alvarás e 23ª Promotoria de Justiça Especializada – Defesa da Mulher), e outra na comarca e termo judiciário de São José de Ribamar (6ª Promotoria de Justiça Cível), todas de entrância final, e aprova quadro atualizado do anexo III da Resolução nº 02/2009- CPMP.

RESOLUÇÃO N° 114/2022-CPMP - Altera o art. 3º da Resolução nº 32/2015-CPMP, dispondo sobre as designações para o ofício ministerial junto às Turmas Recursais no Estado do Maranhão, redefine as atribuições da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, com alteração do anexo II da Resolução nº 02/2009-CPMP, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N° 113/2022-CPMP - Altera a redação do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 19/2013-CPMP e da alínea “o” do art. 6º-A da Resolução nº 02/2009-CPMP, alterada pela Resolução nº 27/2015-CPMP.

ATO REGULAMENTAR N° 11/2022-GPGJ - Dispõe sobre o Regimento Interno das Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís, dos polos Centro, Divineia, Cohatrac, Itaqui/Bacanga, Coroadinho, Cidade Operária e Zona Rural, instituídas nos termos da Resolução nº 105/2021- CPMP.

ATO REGULAMENTAR N° 13/2018 – GPGJ – Regulamenta as rotinas das Promotorias Regionais de Defesa da Ordem Tributária e Econômica.

RECOMENDAÇÃO N° 04/2018 –GPGJ – Dispõe sobre a atuação do membro do MP como órgão interveniente no Processo Civil.

RECOMENDAÇÃO N° 03/2018 –GPGJ – Controle difuso incidental do Inc.I, do §2º do art.157 do CP.

RECOMENDAÇÃO N° 01/2018 –CGMP – Sugestão de atuações quanto às dez questões entendidas como de enfrentamento prioritário pela CGMP.

ATO REGULAMENTAR N° 10/2017-GPGJ – Atuação – proteção contra tratamento desumano e degradante de travestis e transexuais – nome social.

RECOMENDAÇÃO N° 03/2017 –GPGJ – Verificação de cumprimento da obrigação do réu de indenizar a vítima ou seus sucessores pelo dano causado pelo crime.



CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2017 –GPGJ – Dispõe sobre a necessidade de formular pedido na denúncia, de condenação do réu no sentido de tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 03/2017 –GPGJ/CAOPIJ – Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2017 – CGMP – Motivação das decisões judiciais.

RECOMENDAÇÃO Nº 06/2016 –GPGJ – Transparência na transição municipal.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 01/2016 –GPGJ – Ouvidoria dos SUS nos municípios.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 03/2016 –GPGJ – Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 02/2016 –GPGJ – Orientação sobre prescrição de fármacos

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2016 –GPGJ – Orientação sobre a implementação do Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2016 –GPGJ – Atuação do Ministério Pùblico nos programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2016 –GPGJ – Orientação a cartórios sobre nomes vexatórios.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2016 –CGMP – Fiscalização – processos judiciais – litígios coletivos – terra rural.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 –GPGJ – Transparência, fiscalização e controle – Promotorias de Defesa do Patrimônio Pùblico e Probidade Administrativa.

RESOLUÇÃO Nº 32/2015 – CPMP – Atuação dos Promotores nas Turmas Recursais.

RESOLUÇÃO Nº 28/2015 – CPMP – Núcleos de Mediação Comunitária.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2015 –CGMP – Fundamentação – requisição de complementação de provas – diligências.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2015 - CGMP - Fiscalização da regularidade de investidura na função policial.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2015 – CGMP - Conflitos agrários.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2015 –GPGJ – Uso dos TCOs e BOCs nos juizados criminais e juízo da Infância e Juventude.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 01/2015 –GPGJ /CAOP SAÚDE – Disponibilização pelos municípios dos perfis mínimos de saúde.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2014 – GPGJ/CGMP – Registro e tramitação de Inquéritos Policiais no MP.

RECOMENDAÇÃO Nº 04/2014 - CGMP – Fiscalização – instituições financeiras – atendimento prioritário.

RECOMENDAÇÃO Nº 005/2014 - CGMP – Tráfico – alienação cautelar dos bens apreendidos ou sequestrados.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2014 –GPGJ – Funcionamento dos Conselhos Municipais de Saúde.



CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2014 –CGMP – Auxílio da Promotoria Especializada de Conflitos Agrários.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2014 –GPGJ – Internações psiquiátricas involuntárias.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2014 –GPGJ – Redução da jornada de trabalho do magistério.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2014 – CSMP – Execução de multas ou dívidas provenientes de Acórdãos do TCE.

RECOMENDAÇÃO Nº 05/2013 - CGMP – Promotorias de Infância e Juventude - atos infracionais – execução de medida socioeducativa – acompanhamento dos atos obrigatórios.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2013 - CGMP – Reiteração dos termos do Provimento 01/1999.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2013 –GPGJ – TAC – cláusula – divulgação do contato da Ouvidoria.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2013 –GPGJ – Crimes de roubo – comarca da ilha – reunião de acervo probatório à ser encaminhado à Procuradoria Regional do Trabalho.

RESOLUÇÃO Nº 02/2011 – CPMP – Atribuições – entrância final.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2011 - GPGJ - Recomenda acompanhar a contratação de assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias em detrimento das municipais.

RECOMENDAÇÃO Nº 05/2010 –GPGJ – Contratação de advogado e escritório de advocacia.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2010 –GPGJ – Fiscalização de recursos públicos.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2010 –GPGJ – Criação e instalação dos Conselhos e Fundos Municipais do Meio Ambiente.

RESOLUÇÃO Nº 04/2010 – CPMP – Regulamenta o controle externo da atividade policial.

RECOMENDAÇÃO Nº 05/2010 –GPGJ – Contratação de advogado e escritório de advocacia.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2009 –GPGJ – Colônias de pescadores – audiências públicas.

ATO 404/2008 – GPGJ – Delega atribuições aos Procuradores de Justiça – Câmaras Cíveis Reunidas.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2008 –GPGJ – Racionalização da atuação do Ministério Público no processo civil.

RESOLUÇÃO Nº 04/2007 – CPMP – Escalas de comparecimento dos Procuradores às sessões cíveis e criminais do TJMA.

RESOLUÇÃO Nº 06/2006 - CPMP – Atribuição criminal – defesa dos direitos do idos e do consumidor.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2004 –GPGJ – Transparência fiscal. (REVOGADO ATO 287/2017 GPGJ).

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2003 –GPGJ – Litígios – reintegração de posse – atuação Ministério Público.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2003 – GPGJ – Procedimentos em caso de tortura.

RESOLUÇÃO Nº 03/2002 – CPMP – Atribuição PROVITA.

ATO Nº 294/2019 - GPGJ – Atribuições de Procuradores de Justiça - Câmaras Isoladas Criminais



AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

[RESOLUÇÃO Nº 118/2022-CPMP](#) - Altera o § 2º do art. 1º da Resolução nº 41/2017-CPMP, que dispõe sobre a atuação do Ministério Pùblico nas audiências de custódia de presos e cria, na entrância final, quatro Promotorias de Justiça.

[RESOLUÇÃO Nº 41/2017-CPMP](#) - Dispõe sobre audiências de custódia.

[RECOMENDAÇÃO Nº 04/2008 –GPGJ](#) – Apresentação imediata do preso à autoridade judiciária.

[ATO Nº 124/2017 – GPGJ](#) – Dispõe sobre audiência de custódia em Imperatriz.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

[ATO REGULAMENTAR Nº 05/2013 – GPGJ](#)

[ATO REGULAMENTAR Nº 13/2012 – GPGJ](#)

[ATO Nº 261/2012 – GPGJ](#)

CADASTROS

[PROVIMENTO Nº 01/2010 –CGMP](#) – Cadastro de informação de ações civis pùblicas.

[PROVIMENTO Nº 01/2003 –GPMP](#) – Cadastro criminal.

CAOPS

[ATOREG – 332022](#) - Dispõe sobre a reorganização dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão, revoga o Ato Regulamentar nº 33/2021-GPGJ, preserva o acréscimo dos incisos X e XI ao art. 53 do Ato Regulamentar nº 22/2020 (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça) determinado pelo Ato Regulamentar nº 33/2021- GPGJ, e dá outras providências.

[ATOREG – 322022](#) - Altera o Ato Regulamentar nº 55/2021-GPGJ, que dispõe sobre o fluxo de demandas recepcionadas pelos Centros de Apoio Operacional do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

[ATO REGULAMENTAR Nº 35/2020 - GPGJ](#) – Cria o Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais Complexos.

[ATO Nº 348/2016 – GPGJ](#) – Dispõe sobre o programa de remodelação dos serviços dos Centros de Apoio Operacional.

[RESOLUÇÃO Nº 34/2016 -CPMP](#) – CAOP Criminal.

[RESOLUÇÃO Nº 16/2013 – CPMP](#) – CAOP Saúde.

[RESOLUÇÃO Nº 13/2013 – CPMP](#) – Institui a Câmara de Coordenadores dos Caop's.

[RESOLUÇÃO Nº 12/2013 – CPMP](#) – CAOP Educação.

[RESOLUÇÃO Nº 10/2011 – CPMP](#) – Cria o CAOP das pessoas idosas e pessoas com deficiência.

[RESOLUÇÃO Nº 08/2011 - CPMP](#) – Regulamenta o CAOP-PROAD.

[RESOLUÇÃO Nº 11/2010 - CPMP](#) - Controle Externo.

[RESOLUÇÃO Nº 09/2010 – CPMP](#) – CAOP Saúde.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

[RESOLUÇÃO Nº 03/2006 - CPMP](#) – Cria o CAOP de Direitos Humanos.

[RESOLUÇÃO Nº 03/2001 – CPMP](#) – Regulamenta o CAOP-PROAD.

[RESOLUÇÃO Nº 02/1997 – CPMP](#) – Cria os centros de apoio operacional – CAOP.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

[ATO Nº 01/2021 CGMP](#) - Cria e estabelece normas para a publicação na Revista Eletrônica da Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão, Revista Minerva.

[ATO Nº 38/2020 - GPGJ](#) - Institui e regulamenta o uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para comunicação de atos praticados em procedimentos extrajudiciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 34/2020-GPGJ](#) – Autorização prévia de perfis institucionais.

[ATO REGULAMENTAR Nº 05-2018-GPGJ](#) – Comunicação por WhatsApp.

[ATO REGULAMENTAR Nº 16/2015 – GPGJ](#) – Política de comunicação oficial.

CONTROLE DE FREQUÊNCIA

[ATO REGULAMENTAR Nº 17/2016 – GPGJ](#) – Regulamenta o controle de frequência de servidores.

[ATO REGULAMENTAR Nº 18/2016 – GPGJ](#) – Regulamenta os procedimentos de segurança aproximada dos membros e servidores.

[PROVIMENTO Nº 02/2003 – CGMP](#) – Cuida do controle de frequência de Promotores de Justiça autorizados ao deslocamento de suas comarcas.

[PROVIMENTO Nº 01/1999-CGMP](#) – Recomenda aos Promotores que não se afastem da comarca em dias normais de expediente, sem prévia autorização da Administração Superior. Recomenda o comparecimento diário ao trabalho.

CORREIÇÕES / INSPEÇÕES

[PROVIMENTO Nº 052024-CGMP](#) - Estabelece o regimento das correições e inspeções no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

[PROVIMENTO Nº 1/2021-CGMP](#) - Altera os Provimentos nº 01/2015-CGMP, de 31 de agosto de 2015 e 01/2020-CGMP, de 10 de junho de 2020, que estabelece o regimento das correições e inspeções, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

[PROVIMENTO Nº 01/2020 – CGMP](#) – Altera o Provimento 01/2015-CGMP que estabelece o regimento das correições e inspeções.

[RESOLUÇÃO Nº 05/2019 – CSMP](#) – Altera o art.4º da Resolução 07/2004 CSMP, para exigir inspeção / correição extraordinária anterior ao afastamento de membro, no órgão de execução de sua titularidade.



CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

PROVIMENTO Nº 01/2018 - CGMP – Orientação e fiscalização de promotores com atribuição na área da saúde e estabelece o regimento das correições e inspeções no âmbito do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 02/2016 – CGMP – Estabelece diretrizes e instruções sobre PAD.

PROVIMENTO Nº 01/2015 - CGMP - Estabelece o regimento das correições e inspeções no âmbito do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DIÁRIAS / PASSAGENS AÉREAS / DIREÇÃO DE PROMOTORIAS

ATO REGULAMENTAR 47/2020 – GPGJ – Pagamento do terço constitucional de férias.

ATO REGULAMENTAR 46/2020 – GPGJ – Pagamento de direção de promotorias.

ATO 457/2018 – GPGJ – Subsídios de membros.

ATO REGULAMENTAR 03/2016 – GPGJ – Aquisição e utilização de passagens aéreas.

ATO REGULAMENTAR 01/2014 – GPGJ – Pagamento de diárias.

ATO REGULAMENTAR 17/2013 – GPGJ – Pagamento de direção de promotorias.

ORDEM DE SERVIÇO 06/2013 – DG - diárias cumulativas para membros.

ORDEM DE SERVIÇO 02/2013 – DG - Afastamento de membros por até 03 dias – diárias e passagens.

ATO REGULAMENTAR 05/2011 – GPGJ - Pagamento de diárias.

ATO REGULAMENTAR 05/2010 – GPGJ - Diárias para Promotor durante respondência.

ATO REGULAMENTAR 16/2008 – GPGJ – Diárias – respondência.

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

ATO REGULAMENTAR 07/2009 – GPGJ – Regula a distribuição de feitos judiciais e extrajudiciais no MPMA.

ATO REGULAMENTAR 11/2006 – GPGJ – Regula a distribuição de feitos judiciais e extrajudiciais no MPMA.

ELEITORAL

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2019 – Unificação de datas dos biênios de exercício da função eleitoral de 1º grau e critério de designação dos promotores.

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2018 – Situação dos promotores e Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais cujas sedes foram remanejadas.

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 02/2017 – Situação dos promotores e Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais no interior do Estado e que foram extintas.

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2017 – Situação dos promotores e Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais que foram extintas.

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 02/2015 – Altera a Resolução Conjunta 001/2006.

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2015 – Altera a Resolução Conjunta 001/2006.



CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

[RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2007](#) – Altera a Resolução Conjunta 001/2006.

[RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2006](#) – Regulamenta as indicações/designações dos Promotores Eleitorais no Estado do Maranhão (alterada pelas Resoluções Conjuntas: 01/2007, 01/2015 e 02/2015).

[ATO 429/2006 –GPGJ](#) – Rodízio eleitoral.

[ATO 692/2006 –GPGJ](#) – Rodízio eleitoral.

[ATO 692/2006 – GPGJ](#) – Delega atribuições eleitorais ao Corregedor-Geral

[RESOLUÇÃO 05/2001 – CPMP](#) – Regulamenta as funções eleitorais do MPMA, nas comarcas em que mais de uma Promotoria de Justiça esteja vinculada, por força da distribuição das atribuições, à mesma Vara.

EQUIPAMENTOS

[ATO REGULAMENTAR 10/2009 – GPGJ](#) – Celular corporativo.

[ATO REGULAMENTAR 21/2008 – GPGJ](#) – Disciplina a utilização, manutenção e o controle do sistema de telefonia fixa e móvel no MPMA.

[ATO REGULAMENTAR 05/2005 – GPGJ](#) – Regula a utilização dos equipamentos de informática para uso geral e acesso à internet.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

[PROVIMENTO 03/2020 – GGMP](#) – Promotores vitaliciandos – júri.

[PROVIMENTO 02/2020 - CGMP](#) - Altera o Provimento nº 03/2017-CGMP, de 25 de setembro de 2017, que dispõe sobre o acompanhamento e a avaliação do estágio probatório dos Promotores de Justiça do Estado do Maranhão.

[PROVIMENTO 03/2017 – CGMP](#) – Estágio Probatório.

[PROVIMENTO 02/1993 – GPGJ](#) – Estágio preliminar de promotores

EXERCÍCIO DE MEMBRO

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 02/2007-GPGJ](#) – Termo de exercício de Promotor – Procedimento.

FÉRIAS

[ATO REGULAMENTAR 04/2019 – GPGJ](#) – Impede férias de assessor junto com o promotor.

[ORDEM DE SERVIÇO 05/2013 - DG](#) – Férias de membros.

[RECOMENDAÇÃO 04/2013 –CGMP](#) – Gozo de férias.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01/2008 - GPGJ/CGMP](#) – Regras para concessão/suspensão/interrupção e alteração da escala de férias – Alterado pelo Ato Regulamentar 06/2013 GPGJ e Ato Regulamentar 26/2017).

FUNDAÇÕES



[ATO REGULAMENTAR 24/2019 – GPGJ](#) – Fundações.

[RECOMENDAÇÃO 02/2006 – GPGJ](#) – Fundações.

[PROVIMENTO 01/2002 - CGMP](#) – Banco de dados de Fundações e Entidades de Interesse Social.

GESTÃO DE DOCUMENTOS

[ATO REGULAMENTAR 28/2020 – GPGJ](#) – Tabela de temporalidade – gestão de documentos – descarte.

[ATO REGULAMENTAR 20/2013 - GPGJ](#)

[ATO REGULAMENTAR 02/2005 – GPGJ](#) – Dispõe sobre a atuação, organização, manuseio, tramitação e arquivamento Tabela de temporalidade – gestão de documentos – descarte. (Alterada pelo Ato Regulamentar 20/2013).

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

[ATO Nº 16/2018– GPGJ](#) – Gestão por competências.

[ATO Nº 06/2018– GPGJ](#) – Gestão por competências.

GRUPOS / MUTIRÕES

[ATO REGULAMENTAR Nº 17/2022-GPGJ](#) – Institui o Núcleo de Atendimento às Vítimas – NAV, integrante do Grupamento Especial de Atuação Funcional, vinculado ao Procurador-Geral de justiça e com atuação em todo o Estado do Maranhão.

[ATO REGULAMENTAR Nº 25/2021-GPGJ, DE 29 DE MARÇO DE 2021](#) - Disciplina a instituição e o funcionamento de forças-tarefa no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

[ATO REGULAMENTAR Nº 22/2021-GPGJ, DE 19 DE MARÇO DE 2021](#) - Disciplina a instituição e o funcionamento de forças-tarefa no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

[ATO REGULAMENTAR Nº 17/2021-GPGJ, DE 10 DE MARÇO DE 2021](#) - Altera o § 2º do artigo 1º; o parágrafo único do art. 2º; o caput e inciso IV do art. 6º; os §§ 1º e 2º do art. 8º e acrescenta o art. 9º e parágrafo único ao Regimento Interno do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas do Ministério Público do Estado do Maranhão - GAECO/MA, aprovado pelo Ato Regulamentar nº 13/2017 - GPGJ, de 22 de maio de 2017.

[RESOLUÇÃO Nº 67/2018 – CPMP](#) – Disciplina a designação de membros do MP para participação em mutirões do Poder Judiciário.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 6/2020 – GPGJ/CGGJ – GPI](#)

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 02/2014 – GPGJ/CGMP – GPI](#) – Revogado pelo Ato Gab-PGJ 283/2019 – novo Ato em 2020.

[ATO Nº 283/2019 – GPGJ](#) – NAPROM – Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça.



CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

[ATO N° 672/2017 – GPGJ](#) – Dispõe sobre as Regionais do GAECO.

[ATO N° 356/2017 – GPGJ](#) – Aumento do número de promotores que integram o GPI.

[ATO N° 158/2017 – GPGJ](#) – Dispõe sobre o Regimento Interno GAEProAD e NAEPACs.

[ATO N° 496/2016 – GPGJ](#) – Cria o GAEProAD e NAEPACs.

[ATO 662/2006 – GPGJ](#) – Grupo Especial de Defesa do Direito à Saúde.

ATO 3275/2003 - GPGJ – Grupo Especial de Proteção Ecológica para prevenção, reparação e repressão aos danos causados ao meio ambiente – Bacia do Rio Parnaíba.

ATO 3254/2003 – GPGJ – Grupo Especial de Proteção Ecológica para prevenção, reparação e repressão aos danos causados ao meio ambiente – Baixada Maranhense.

[RESOLUÇÃO 02/2017 –CSMP](#) – Designação extraordinária de promotor para auxiliar órgão de execução ministerial com volume processual e extraprocessual superior à sua capacidade operacional.

[RESOLUÇÃO 25/2014 –CPMP](#) – Grupo Especial de Defesa da Fauna (GEDEF-MA) – CAOP Meio Ambiente.

[RESOLUÇÃO 13/2011-CPMP](#) – Altera o nome GECOC para GAECO.

[RESOLUÇÃO 06/2002 –CPMP](#) – Cria o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas GECOC.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

[REC-CGMP – 12025](#) - Recomenda a observância de critérios e diretrizes para a utilização de Inteligência Artificial Generativa (IAG) pelos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.

JÚRI

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO N° 022024 – GPGJ/CGMP](#) – Regulamento da composição, a organização e o funcionamento do Grupo de Apoio aos Promotores de Justiça com Atuação no Tribunal do Júri-GAPJÚRI), de acordo com a Resolução nº 159/2024-CPMP.

[RESOLUÇÃO N° 1592024 –CPMP](#) – Grupo de Apoio ao Júri.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO N° 02 /2014 – GPGJ/CGMP](#) – Grupo de Apoio aos Promotores de Justiça com Atuação no Tribunal do Júri em conformidade com a Resolução n.º 20/2013.

[RESOLUÇÃO N° 20/2013 –CPMP](#) – Grupo de Apoio ao Júri.

[RESOLUÇÃO N° 05/2003 –CPMP](#) – Grupo de Apoio ao Júri – alterada pela Resolução nº 20/2013-CPMP.).

[RESOLUÇÃO N° 06/98 – CPMP](#) – Grupo de Apoio ao Júri (Alterada pela resolução nº 05/2003-CPMP) - Veja também a Resolução nº 20/2013-CPMP.)



LAB-LD

[ATO Nº 196/2019 – GPGJ](#) – Dispõe sobre o LAB-LD.

[ATO Nº 689/2017 – GPGJ](#) – Dispõe sobre o LAB-LD.

LICENÇA-PRÊMIO / LICENÇA ESPECIAL

[ATO REGULAMENTAR Nº10/2010 - GPGJ](#) – Conversão de licença prêmio em pecúnia.

LICENÇA COMPENSATÓRIA

[ATO REGULAMENTAR Nº 012025](#) - GPGJ – Altera o Ato Regulamento nº 6/2023-GPGJ, de 20 de março de 2023, que “Regulamento o direito à conversão em pecúnia da licença compensatória pelo exercício em acumulação de acervo processual, processual e administrativo

[ATO REGULAMENTAR Nº 12-2019 - GPGJ](#) – Altera o Ato Regulamento nº 6/2023-GPGJ, de 20 de março de 2023, que “Regulamento o direito à conversão em pecúnia da licença compensatória pelo exercício em acumulação de acervo processual, processual e administrativo, e pelo exercício de carga ou função de direção, chefia, assessoria ou auxiliar, inclusive eletivo, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, nos termos do art. 125-A Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991”, e dá outras providências.

[ATO REGULAMENTAR Nº 122019 – GPGJ](#) – Licença Compensatória.

[LEI ESTADUAL 215/2019](#)

LICENÇA À SAÚDE/GESTANTE

[ATO REGULAMENTAR Nº 15/2021-GPGJ, DE 08 DE MARÇO DE 2021](#) - Regulamenta o art. 126, XIII, da Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991, que dispõe sobre o plano de assistência médico-social devido aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[ATO REGULAMENTAR Nº 17-2017 - GPGJ](#) – Licença à saúde e licença à gestante.

[ATO REGULAMENTAR Nº 33-2017 - GPGJ](#) – Auxílio saúde

[ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2013 - DG](#) – Licença médica de membros.

[ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2013- DG](#) – Afastamento de membros – licenças de direito/especial e particular.

OUTROS

[ATO REGULAMENTAR Nº 562024](#) - GPGJ – Dispõe sobre os procedimentos a serem utilizados para o reconhecimento, a mensuração, a reavaliação e a depreciação dos ativos imobilizados (bens móveis permanentes e bens imóveis).



CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

ATO REGULAMENTAR Nº 292024 - GPGJ – Altera o Ato Regulamentar nº 21/2021-GPGJ, de 17 de março de 2021, que “Regulamenta o controle Patrimonial de Bens Móveis (Consumo e Permanente) e Imóveis do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão e dá outras providências”.

REC-CGMP - 12023 - Dispõe sobre riscos institucionais pelo uso de aplicativos ou modeladores de linguagem, tipo Chat-GPT, orientando o seu não uso enquanto não regulamentada a matéria no âmbito do Ministério Pùblico

RESOLUÇÃO N.º 15/2022 – CSMP - ENUNCIADOS Nº 01 a 23 DO CSMP

RESOLUÇÃO N.º 1/2022 - CSMP - Aprova os Enunciados 24 e 25 do CSMP

RESOLUÇÃO N.º 120/2022 – CPMP - Regulamenta o Regime Especial de Trabalho para membros e servidores.

REC-CGMP - 22022 - Dispõe sobre a vedação do exercício de atividade político-partidária no uso de redes sociais e do e-mail institucional por membros do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão

RECOMENDAÇÃO 12022- CGMP - Recomenda adoção de medidas para aumentar a resolutividade das ações ministeriais, tornando o Ministério Pùblico agente de transformação social, proativo.

REC-GPGJ - 82022 - Dispõe sobre a destinação, ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos – FEPDD, dos valores provenientes de sanções pecuniárias resultantes das condenações, multas ou indenizações.

ATOREG - 392022 - Dispõe sobre Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão (GAEMA), e dá outras providências.

ATOREG – 192022 - Dispõe sobre a cadeia de custódia no âmbito das investigações criminais presididas pelo Ministério Pùblico do Estado do Maranhão.

ATOREG - 172022 - Institui o Núcleo de Atendimento às Vítimas – NAV, integrante do Grupamento Especial de Atuação Funcional.

ATOREG – 132022 - Suspende, por tempo indeterminado, com efeitos retroativos, o início da vigência do ATOREG-052021 que disciplina, no âmbito do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão, a institucionalização da assinatura eletrônica de documentos nas manifestações exaradas por membros e servidores

ATOREG – 32022 - Cria o Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais, estabelece a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e cria o Escritório de Proteção de Dados Pessoais.

ATO-GAB/PGJ - 992022 - Dispõe sobre condições diferenciadas a lactantes para exercício de suas funções institucionais, altera o ATO-GAB/PGJ – 3732019 e dá outras providências

ATO REGULAMENTAR Nº 3/2022-GPGJ - Cria o Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais, estabelece a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e cria o Escritório de Proteção de Dados Pessoais.

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

[ATO 99/2022-GPGJ](#) - Dispõe sobre condições diferenciadas a lactantes para exercício de suas funções institucionais, altera o ATO-GAB/PGJ – 3732019 e dá outras providências.

[ATO N° 12/2021 GPGJ](#) - Institui o Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) e dá outras providências.

[ATO N° 11/2021 GPGJ](#) - Dispõe sobre a criação do Núcleo Científico no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[RECOMENDAÇÃO N° 18/2021 GPGJ](#) - Dispõe sobre a atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão nos programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.

[RECOMENDAÇÃO N° 17/2021 GPGJ](#) - Dispõe sobre Plano de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) para a garantia dos direitos das pessoas em situação de rua no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

[RECOMENDAÇÃO N° 16/2021 GPGJ](#) - Dispõe sobre o Plano de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) para o enfrentamento do feminicídio e da violência psicológica contra a mulher.

[RECOMENDAÇÃO N° 08/2021 GPGJ](#) - Recomenda aos Promotores de Justiça do Estado do Maranhão com atribuição de defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, que recomendem aos Prefeitos dos Municípios onde atuam a adoção de todas as medidas necessárias para garantir que seja dada efetividade à determinação contida no art. 1º do Decreto nº 10.024/2019, para assegurar o uso preferencial da modalidade de licitação pregão eletrônico, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia.

[ATO REGULAMENTAR N° 21/2021-GPGJ, DE 17 DE MARÇO DE 2021](#) - Regulamenta o Controle Patrimonial de Bens Móveis (Consumo e Permanente) e Imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

[ATO REGULAMENTAR N° 18/2021-GPGJ, DE 11 DE MARÇO DE 2021](#) - Disciplina o procedimento de designação de substituição eventual dos servidores investidos em cargo de direção ou chefia e o pagamento decorrente de substituição automática e eventual.

[ATO N° 4/2021-GPGJ, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021](#) - Altera a redação do art. 4º e retifica a renumeração dos demais dispositivos do Ato 31/2020-GPGJ, que cria o Núcleo de Promoção da Diversidade (NUDIV) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO N° 2/2021-GPGJ, DE 02 DE MARÇO DE 2021](#) - Dispõe sobre requisitos para a designação para função de confiança e nomeação para cargo em comissão do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[RECOMENDAÇÃO N° 12/2020-GPGJ](#) - Dispõe sobre a otimização da atuação extrajudicial do Ministério Público do Estado do Maranhão em matéria ambiental.

[RECOMENDAÇÃO N° 13/2020-GPGJ](#) - Acompanhamento das medidas tomadas pelos entes e órgãos públicos estaduais e municipais, em razão do recebimento indevido do auxílio emergencial por servidores públicos (ativos, aposentados e pensionistas)



CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

ATO 39/2020-GPGJ - Dispõe sobre a criação do Gabinete de Gestão de Interesses Coletivos - GAGIC, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO 31/2020-GPGJ - Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Núcleo de Promoção da Diversidade – NUDIV.

ATO 8/2020 - GPGJ – Exames periódicos.

ATO REGULAMENTAR 16-2020 – GPGJ – Fluxograma de relatórios do COAF

ORDEM DE SERVIÇO 06/2019 - DG – Uso do auditório/salas de reunião e videoconferência.

ATO REGULAMENTAR 03/2018 – GPGJ – Organização dos órgãos administrativos e de execução – pólos.

ATO 90/2017 –GPGJ – Cria o serviço de triagem das promotorias da capital.

ORDEM DE SERVIÇO 08/2016 - DG – Assistência da seção de saúde funcional.

ATO REGULAMENTAR 04/2015 – GPGJ – Lotação provisória de assessor de PJ de substituição plena.

RECOMENDAÇÃO N° 007/2012 – CGMP – Encaminhamento de TACS ao CSMP, para encaminhamento à biblioteca para publicação.

ATO REGULAMENTAR 12/2011 – GPGJ – Proibição de manter nas dependências do MP objetos apreendidos.

RESOLUÇÃO 02/2007 – CSMP – Indicação de membro para o CNJ e o CNMP.

ATO REGULAMENTAR 17/2006 – GPGJ – Dispõe sobre a prestação de informações ao CNMP.

RESOLUÇÃO 07/2005- PGJ – Fundo Especial do Ministério Pùblico – FEMPE.

PROVIMENTO 01/94 – CGMP – Uso de vestes talares nas audiências e júris.

PROVIMENTO 08/1993 – CPMP – Apresentação anual de declaração de bens.

PADS E SINDICÂNCIAS

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 02/2016 – GPGJ/CGMP – Execução prioritária de mandados expedido em processos disciplinares, sindicância e PADS.

RECOMENDAÇÃO 01/2009 – CSMP – Observância dos prazos.

PENALIDADES

ATO REGULAMENTAR 14/2020- GPGJ – Fluxograma para aplicação de penalidades a promotores.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 02/2016-GPGJ/CGMP – Estabelece execução prioritária de mandados expedidos em processos disciplinares.

PERMUTA

RESOLUÇÃO 215/2020 – CNMP



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

[RESOLUÇÃO 45/2017 - CPMP](#)

[RESOLUÇÃO 36/2016 – CPMP](#)

[RESOLUÇÃO 17/2011 – CPMP](#)

PERÍCIAS

[ATO REGULAMENTAR 03/2020 – GPGJ](#)

[ATO REGULAMENTAR 08/2018 – GPGJ](#)

PLANTÕES

[ATO REGULAMENTAR 572024- GPGJ](#) – Dispõe sobre o plantão das Promotorias de Justiça de Imperatriz e dá outras providências.

[ATO-REG-CONJ – 42022](#) - Acrescenta o § 10 ao art. 1º do Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014- GPGJ/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO N°04/2021 – GPGJ/CGMP](#) - Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais, adequando-os ao horário de funcionamento forense.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO N° 7/2020 - GPGJ](#) - Acrescenta o inciso IV, ao § 7º, do artigo 1º do Ato Regulamentar Conjunto n.º 03/2014- GPGJ/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências.

[ATO REGULAMENTAR 55/2020 – GPGJ](#) – Regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais.

[ATO REGULAMENTAR 10-2020 - GPGJ](#) – Plantões regionais

[ATO REGULAMENTAR 13/2019-GPGJ/CGMP](#)

[RECOMENDAÇÃO 01/2019 –CGMP](#) – Comparecimento imediato ao plantão.

[ATO REGULAMENTAR 25/2018 – GPGJ](#) – Compensação de plantões

[PROVIMENTO 01/2017 – CGMP](#) – Plantão dos promotores de justiça corregedores.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01-2016 – GPGJ](#) – Plantões ministeriais cíveis e criminais.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 03/2014 – GPGJ/CGMP](#) – Plantões ministeriais cíveis e criminais (Alterado pelos Atos Regulamentares Conjuntos 01/2016, 01/2017 e 13/2019 e pelo Ato Regulamentar nº 25/2018-GPGJ e 41/2020) – vide Resolução 04/2011 – CPMP.

[RECOMENDAÇÃO 06/2014 –CGMP](#) – Comparecimento imediato ao plantão.

[RECOMENDAÇÃO N° 05/2012 – CGMP](#) – Plantão – matérias: oitiva do adolescente em conflito com a lei e adoção de providências para prevenir o pernoite dos adolescentes nas celas da Delegacia do Adolescente Infrator – DAI.

[ATO 36/2011 –GPGJ](#) – Plantões.

[RESOLUÇÃO 04/2011 –CPMP](#) – Sistema de plantão das promotorias da capital e do interior.

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
CORREGEDORA-GERAL

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025



CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

PRAZOS

ORDEM DE SERVIÇO 05/2011 – GPGJ – Prazos para os setores da pgj se manifestarem nos autos dos processos.

ORDEM DE SERVIÇO 01/2011- GPGJ – Prazos para os setores da pgj se manifestarem nos autos dos processos.

RESOLUÇÃO 04/2005 – CSMP – Procedimentos parados.

PROCEDIMENTOS – PIC / NF / INQUÉRITO CIVIL

RECOMENDAÇÃO N° 062024- GPGJ - Recomendar aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, com atribuição criminal, a uniformização de entendimento referente à autorização judicial para prorrogação do prazo do Procedimento Investigatório Criminal – PIC

RESOLUÇÃO 1552024 – CPMP – a atribuição das Promotorias de Justiça com atribuição criminal para a celebração do acordo de não persecução penal, a que se refere o art. 28-A do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei Federal nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, e de acordo com a Resolução nº 289, de 16 de abril de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

ATO REGULAMENTAR N° 202024 – GPGJ - Dispõe sobre o procedimento para comunicação ao Poder Judiciário da instauração de Procedimento de Investigação Criminal – PIC.

ATO REGULAMENTAR N° 01/2021 CGMP - Institui e regulamenta o Acordo de Não Persecução Disciplinar no âmbito da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão em casos de infração disciplinar com imposição de sanção de advertência ou censura. Revoga o ATO-REG-432021.

RECOMENDAÇÃO N° 01/2021 CGMP - Recomenda o correto cadastramento dos registros das atividades procedimentais e não procedimentais, conforme a nomenclatura da tabela taxonômica do SIMP, bem como utilizar as ferramentas do SIMP para o registro, acompanhamento e controle de prazos de todas as atividades procedimentais e não procedimentais.

RECOMENDAÇÃO 04/2003 –GPGJ – TAC.

ATO REGULAMENTAR 23/2020 – GPGJ – Tramitação de procedimentos extrajudiciais eletrônicos.

ATO REGULAMENTAR 19/2020 - GPGJ – Acordo de não persecução penal.

ATO REGULAMENTAR 24/2017 – GPGJ – Regulamenta a Notícia de Fato.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 05/2014 –GPGJ/CGMP – Uniformização da nomenclatura e dos prazos de tramitação das demandas no MPMA.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01/2014 –GPGJ/CGMP – Inquérito Policial.

RESOLUÇÃO 89/2020 – CPMP – PIC

RESOLUÇÃO 73/2019 – CPMP – PIC

RESOLUÇÃO 72/2019 – CPMP – Procedimento Preparatório e IC.

RESOLUÇÃO 61/2018 – CPMP – PIC



CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

RESOLUÇÃO 10/2010 – CPMP – Inquérito Civil.

RESOLUÇÃO 10/2009 – CPMP – Inquérito Civil.

RESOLUÇÃO 02/2004 – CPMP – Regulamenta a instauração e tramitação de procedimentos administrativos investigatórios no âmbito do Ministério Público e dá outras providências (da recomendação, da audiência pública e do compromisso de ajustamento de conduta)

PROMOÇÕES / REMOÇÕES

RESOLUÇÃO 01/2006 – CSMP – Critérios objetivos e o voto aberto e fundamentado nas promoções e remoções por merecimento.

RESOLUÇÃO 01/1993 - CSMP .

REGIMENTO INTERNO DA CORREGEDORIA

PROVIMENTO CGMP Nº 12023- Disciplina o art. 19, inc. IX, da Resolução nº 012/2010 - CNMP - MA. Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, ex vi do art. art. 16, da lei Complementar Estadual n.º 013/91, e do art. 9º, do Regimento Geral do MPMA, as anotações elogiosas, e demais notas correlatas, na ficha funcional do membro do Ministério Público, e outras providências

RESOLUÇÃO 12/2010 –CPMP

RELATÓRIOS

RECOMENDAÇÃO 01/2016 – CGMP – Correição interna – designação de acumulação de atribuições e nova designação de atribuições.

RESOLUÇÃO Nº 22/2014 - CPMP – Inquérito Civil.

PROVIMENTO 06/1996 - CGMP – Relatório mensal – estágio probatório.

PROVIMENTO 05/1996 - CGMP – Relatório mensal e mapa de atividades.

RESIDÊNCIA FORA DA COMARCA

ATO REGULAMENTAR 27/2008 – GPGJ – Residência fora da comarca.

ATO REGULAMENTAR 03/2008 - GPGJ – Residência fora da comarca.

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ATO REGULAMENTAR 07/2020 –GPGJ – Política de segurança.

ATO REGULAMENTAR 05/2020 –GPGJ – Plano de Segurança Institucional.

ATO 155/2018 – GPGJ – Criação do Comitê Gestor de Segurança.

ATO 136/2018 – GPGJ – Dispõe sobre a Política de Segurança Institucional do MPMA.

ATO REGULAMENTAR 18/2016 –GPGJ – Procedimentos de segurança aproximada dos membros e servidores do MPMA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

[ATO REGULAMENTAR 04/2016 –GPGJ](#) – Programa de saúde e segurança funcional.

[ATO REGULAMENTAR 18/2013 –GPGJ](#) – Segurança aproximada.

[ATO REGULAMENTAR 09/2009 –GPGJ](#) – Criação do Plano de Segurança Institucional.

SERVIÇO DE PSICOLOGIA

[ATO 89/2017 – GPGJ](#) – Cria o núcleo de serviço psicossocial.

[ATO REGULAMENTAR 05/2006 – GPGJ](#) – Institui o serviço de psicologia da Corregedoria.

[ATO REGULAMENTAR 06/2006 – GPGJ](#) – Cria o Núcleo de serviço psicossocial

SISTEMAS

[ATO REGULAMENTAR Nº 42/2021 GPGJ](#) – Assinatura Eletrônica de documentos

[ATO REGULAMENTAR Nº 5/2021-GPGJ, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021](#) - Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a institucionalização da assinatura eletrônica de documentos nas manifestações exaradas por membros e servidores

- Documento de referência (.ott)
- Extensão para o LibreOffice (.oxt)

[ORDEM DE SERVIÇO 3/2020](#) – Alimentação do GESP.

[ATO REGULAMENTAR 02/2016 – GPGJ](#) – Digidoc.

[ATO REGULAMENTAR 16/2014 – GPGJ](#) – Digidoc.

[ATO REGULAMENTAR 04/2020 – GPGJ](#) – SIMP.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 04/2014 – GPGJ/CGMP](#) – SIMP.

TERMOS JUDICIÁRIOS

[PROVIMENTO 05/1991 – CGMP](#) – Disciplina a visita dos Promotores aos Termos Judiciários de cada Comarca.

VACÂNCIA/AFASTAMENTO/AUSÊNCIA/IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO

[RESOLUÇÃO Nº. 123/2022-CPMP](#) - Altera o caput, exclui os §§ 1º e 2º e inclui o §3º do art. 8º-A; altera o caput, exclui o § 1º e altera o § 2º do art. 9º-A; inclui os arts. 11-A, 12-A e 13-A, e altera o Anexo Único, da Resolução nº 119/2022-CPMP, que “Dispõe sobre as substituições nos casos de afastamento, impedimento, suspeição e ausência de titular de Promotoria de Justiça, com acréscimo dos artigos 7º-A, 7º-B, 7º-C, 8ºA, 9º-A e 10-A à Resolução nº 02/2009-CPMP, com a instituição do mecanismo de regionalização das Promotorias de Justiça, dispostas no anexo único”.

[RESOLUÇÃO Nº 119/2022-CPMP](#) - Dispõe sobre as substituições nos casos de afastamento, impedimento, suspeição e ausência de titular de Promotoria de Justiça, com acréscimo dos artigos 7º-A, 7º-B, 7º-C, 8º-A, 9º-A e 10-A à Resolução nº 02/2009-CPMP, com a instituição do mecanismo de regionalização das Promotorias de Justiça, dispostas no anexo único.

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
CORREGEDORA-GERAL



RESOLUÇÃO 11/2012 – CPMP – Substituição de Promotor de Justiça nos casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo.

RESOLUÇÃO 05/2011 – CPMP – Substituição de Promotor de Justiça nos casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo, ou com o consentimento deste (alterada pela Resolução 11/2012 e 09/2012 CPMP).

ATO 37/2011 –GPGJ – Substituição de Promotor de Justiça nos casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo, ou com o consentimento deste.

VEÍCULOS

ATO REGULAMENTAR 06/2005 – GPGJ – Regula a aquisição e utilização de veículos oficiais.

VIDEOMONITORAMENTO

ATO REGULAMENTAR 06/2019 – GPGJ

VITALICIAMENTO

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 002/2009 –GPGJ/CGMP

VISITAS ESTABELECIMENTO PENAIS E SOCIOEDUCATIVOS

RECOMENDAÇÃO 01/2020-GPGJ – Registro da presença em livro próprio de visitas em estabelecimentos penais.

RECOMENDAÇÃO 09/2018 –GPGJ – Acompanhamento de expedições e o devido preenchimento das guias de recolhimento dos presos de justiça.

ORDEM DE SERVIÇO 05/2016 –CGMP – Acompanhamento de visita e fiscalização em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Pùblico e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.

ORDEM DE SERVIÇO 04/2016 –CGMP – Acompanhamento de visita mensal aos Organismos Policiais (Delegacias de Polícia e estabelecimentos Policiais Militares) Resolução 20/2007-CNMP.

ORDEM DE SERVIÇO 03/2016 – CGMP – Acompanhamento de visita mensal aos estabelecimentos penais do sistema carcerário de que trata a Resolução 56/2010 – CNMP.

RECOMENDAÇÃO 02/2011 – CGMP – Bancos de dados de peças criminais.

RESOLUÇÃO 05/2010 – CPMP – Fiscalização das entidades de internação e de regime de semiliberdade de adolescentes em conflito com a lei.

RECOMENDAÇÃO 03/2010 –GPGJ – Execução penal e controle externo – acompanhamento das condições das unidades prisionais e outros.

ATENDIMENTO AO PÙBLICO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 15/01/2025

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2021 CGMP - Recomendação sobre o atendimento ao público, aderência aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Atendimento ao Público do Ministério Público, e observância aos princípios republicanos da administração pública, aspectos cogentes

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
CORREGEDORA-GERAL

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025